O mundo místico das matas: experiências de mulheres na floresta Amazônica e suas vivências com a territorialidade

The mystical world of the forests: experiences of women in the Amazon rainforest and their experiences with territoriality

El mundo místico de los bosques: experiencias de mujeres en la selva amazónica y sus experiencias relicon la territorialidade

Adriane Silva[1]

Resumo: Este artigo visa demonstrar a vivência de mulheres com suas matas e o mundo do trabalho na floresta, a experiência com a terra, as águas e com seu sagrado. Seu cotidiano nas matas do Pará, região do Baixo Tocantins, é marcado pelas exigências do tempo da natureza. O trabalho dessas mulheres é realizado dentro da floresta, através do extrativismo no processo da colheita da balata, da castanha e dos demais bens. Para dar conta de demonstrar o cotidiano desse mundo iremos utilizar a história oral, ou seja, a memória de sujeitos sociais que viveram sob as copas das árvores da Amazônia, bem como relatórios da Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e processos de arrendamento e aforamento do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). O período tratado é de 1960 até o início do século XXI, período de vivência de duas mulheres: Maria Macieira Borges e Raimunda Viana de Freitas Brasil. A vida dessas mulheres demonstra o cotidiano dentro das matas e a relação com suas territorialidades.

Palavras- chave: Mulheres, Amazônia, Trabalho e Místico.

Abstract: This article aims to demonstrate the experience of women with their forests and the world of work in the forest, their experience with the land, the waters and their sacredness. Their daily lives in the forests of Pará, in the Lower Tocantins region, are marked by the demands of nature's time. The work of these women is carried out within the forest, through extractivism in the process of harvesting balata, chestnuts and other goods. To demonstrate the daily lives of this world, we will use oral history, that is, the memories of social subjects who lived under the canopy of the trees in the Amazon, as well as reports from the Federation of Social and Educational Assistance (FASE), the Superintendence of the Development of the Amazon (SUDAM) and leasing and tenure processes of the Pará Land Institute (ITERPA). The period covered is from 1960 to the beginning of the 21st century, a period in which two

[1] *Professora Adjunta, Chefa do Departamento de Filosofia Ciências Sociais e Educação (DFCS), da Universidade do Estado do Pará (UEPA- Campus CCSE, Belém). Docente do Programa de pós- graduação de Ciências da Religião da UEPA, líder da linha de pesquisa movimentos Sociais, educação popular e trabalho na Amazônia, vinculado ao grupo de pesquisa Amazônia: história, culturas e identidades; Doutora e Mestra em história Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA - Campus Belém), onde atuou como professora substituta; especialista em Educação Ambiental e uso de Recursos Hídricos pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (2013); Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (2011) e graduação em Ciências Naturais com habilitação em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (2010). Pesquisadora de Conflitos Sociais na Amazônia,com enfoque na História Agrária do Estado do Pará. Possui experiência na área de História, assim como ,na área de Ciências Naturais com ênfase em Biologia. Faz parte de dois grupos de pesquisa Governos Miliares na Amazônia entre a Memória e a História e História Militar e Fronteiras. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6853-5130. E-mail: adrianedosprazeres@gmail.com.*

women lived: Maria Macieira Borges and Raimunda Viana de Freitas Brasil. The lives of these women demonstrate their daily lives within the forests and their relationship with their territorialities.

Keywords: women, Amazon, work and mystic.

Resumen: Este artículo pretende mostrar la experiencia de las mujeres con sus bosques y el mundo del trabajo en el bosque, la experiencia con la tierra, las aguas y su sacralidad. Su vida cotidiana en los bosques de Pará, en la región del Bajo Tocantins, está marcada por las exigencias del tiempo de la naturaleza. El trabajo de estas mujeres se realiza dentro del bosque, a través del extractivismo en el proceso de recolección de balata, castañas y otros productos. Para demostrar la vida cotidiana de este mundo, nos valeremos de la historia oral, es decir, de la memoria de sujetos sociales que vivieron bajo las copas de los árboles de la Amazonia, así como de informes de la Federación de Asistencia Social y Educativa (FASE), la Superintendencia de Desarrollo de la Amazonía (SUDAM) y procesos de arrendamiento y tenencia del Instituto de Tierras de Pará (ITERPA). El período abarcado va de 1960 a principios del siglo XXI, período en el que vivieron dos mujeres: Maria Macieira Borges y Raimunda Viana de Freitas Brasil. Las vidas de estas mujeres muestran su cotidianidad en los bosques y su relación con sus territorios.

Palabras clave: Mujeres, Amazonas, Trabajo y Mística.

Introdução

Este trabalho visa lançar luz sobre a relação e experiências de mulheres que possuem sua vivência marcada com o coexistir com a floresta. Essa relação com a terra, com as matas, rios e espaços sagrados extrapolam a visão capitalista de propriedade, já que as matas não são mensuradas pelo valor monetário, mas a partir de uma vivência ancestral com esse espaço, vínculo denominado por territorialidade (Almeida, 2008, p.38). Esta conexão pode ser entendida como resultado de diferentes processos sociais de territorialização, delimitada dinamicamente, são terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

O presente artigo, visa lançar luz sobre a história de homens e mulheres que viveram no interior da Amazônia, nas matas do Pará, especialmente no Baixo Tocantins, no município de Baião. Estes agentes de resistência defendem seu território desde 1930-1991, lutando e enfrentando com suas vidas o Estado e o latifúndio. Os grupos sociais presentes neste contexto viviam do extrativismo, praticando caça, pesca e lavrando a terra.

Nossos guias dentro dessas matas, serão as memórias de duas mulheres que foram arrimo de família, moradoras da atual Resex- Ipaú- Anilzinho e de outros sujeitos sociais. Logo, quem também nos guiará sob as copas dos castanhais do baixo Tocantins, será o relato de duas mulheres.

Maria Macieira Borges[2] e Raimunda Viana de Freitas Brasil[3], são mães que criaram e sustentaram seus filhos na labuta cotidiana, coletando os bens da mata e lavrando a terra. Maria, mãe de treze filhos, e Raimunda, mãe de dezesseis filhos, começaram a trabalhar a partir dos oito anos de idade e, aos doze anos, já estavam casadas. Ambas nascidas no município de Baião, no território da Resex Ipaú-Anilzinho.

Além delas, também contaremos com as memórias de Nilton Lopes de Farias e Dionézio Macieira Borges, homens cujas narrativas irão nos auxiliar a entender o trabalho dentro da floresta. Portanto, o tema dessa abordagem será o cotidiano de suas vivências, como também as relações de trabalho nas franjas dos castanhais e em terras indígenas/comunitárias[4].

O cotidiano nas florestas de castanhais

Ao adentrar essas veredas de vivências, é preciso examinar os relatos de dona Maria das Graças Borges Macieira. Ela, acompanhada dos seus pares, retiravam as castanhas, a seiva da Balata e o leite da Mançaruduba. O leite da seringa, também denominado por sernambi, era utilizado como matéria-prima na confecção de pranchas de borracha, que eram vendidas aos marreteiros em Baião. Em relação às colheitas de Castanhas, a senhora relatou que:

> As mulheradas com as crianças ficavam tudo lá pras ilhas e quando chegava o mês de novembro, dezembro já vinham pra cá por causa da Castanha, vinham para trabalhar na castanha, então já arrumavam a barraca tudinho para poder trabalhar na castanha, eles vinham de canoa, "que é o casco". Lá na ilha Jutaí, tinha uma rua chamada rua do fogo, era uma rua animada, divertida, festiva, e por isso chamavam de rua do fogo

[2] Nasceu em 03 de novembro de 1950, é filha de Lázaro Borges e Eurides Alves Macieira.

[3] Nasceu em 22 de dezembro de 1960, em Joana Peres, é filha de Joana Freitas e do senhor Amadeu de Freitas.

[4] Terras indígenas/comunitárias é um conceito criado por Adriane Silva, em sua tese de doutorado intitulada "*As terras de uso comum e os castanhais do vale amazônico: Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991)*". De acordo com a autora, essas terras possuem dois fenômenos de ocupação, pois tiveram o reconhecimento da memória de povos que viviam nas bordas desses castanhais e, além disso, foram reconhecidas pelo SPI como terras indígenas Asurini e de outras etnias. Contudo, ela foi herdada por uma população que deu o adjetivo de terras da comunidade. Sendo assim, compreendo como uma terra híbrida no período entre 1930-1980.

As lembranças de dona Maria das Graças Borges Macieira coincidem com as de seu pai, Lázaro Borges, e também das pesquisas que fundamentam o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2018, principalmente no que tange a rua do fogo[5]. Suas narrativas reacendem a sociabilidade existente, traduzida por meio da animação, das brincadeiras, de uma rua viva e flamejante na Ilha Jutaí.

Portanto, não era somente de fugas que seu grupo vivia, por mais que existissem desafios e conflitos com os Asuriní, povos originários que ocupavam essa região até meados dos anos de 1950, é possível identificar uma rede de solidariedade, em que o indivíduo social estava agregado. Alguns elementos dessa vivência podem ser verificados nas lembranças de Manuel Silveiro Lobato, o senhor Duca Pinto, que consta na obra da professora Benedita Celeste Moraes Pinto (2004, p. 61). Segundo o referido senhor, "no Baxibá era uma grande família. Havia união um ajudava o outro".

A Ilha Jutaí é um lugarejo onde o senhor Lázaro Gonçalves Borges fugiu com seus pais, demais familiares e os vizinhos, refugiando-se devido aos confrontos com os indígenas Asuriní. A população que atualmente habita os territórios analisados já estava presente nessa região desde o fim do século XIX. Eles entraram em confronto com os povos Asuriní e demais etnias, entre o início da república no Brasil e meados da década de 1940 a 1950, período em que os povos indígenas recrudesceram e também estabeleceram alianças com a população aqui analisada.

Ignácio Moura, em seu relato, afirma que essa região é "uma das maiores ilhas do Baixo Tocantins, e possuía algumas estradas de seringueira, constava também com uma abertura onde existiam campos extensos, que por sua vez continham fazendolas com a criação de gado"(MOURA,1910). No entanto, o que mais provocou a admiração de Moura foi sua extensão, como pode ser identificado na citação abaixo:

> Ella prolonga-se desde a frente de São Joaquim ou Ituquára até quasi duas léguas acima, dividindo o Tocantins em dois canaes: o Oriental e o Occidental, prestando-se ambos, conforme a estação do anno, á navegação das lanchas a vapor. Até á ponta meridional do Jutahy, contam-se na margem esquerda outros grandes sitios, verdadeiras povoações, cujos principaes são: Pae Lourenço, em frente a Baião, Pirolonga, Sacahy, Salve Rainha e Praia Alta. Estes sitios são todos de lavradores de mandioca, de povo pertencente ao

[5] Refiro-me ao território pertencente ao município de Baião-PA nos idos dos anos de 1950.

> 'Estado do Pará, com alguns immigrantes vindos de Maranhão e Goyaz (MOURA,1910).

A extensão da Ilha era algo valioso para a compilação do viajante que estava a serviço do Estado. O destaque para os campos abertos, na descrição de Ignácio Moura, é uma indicação de políticas governamentais construídas em um período que tinha como objetivo a busca por essas áreas para que, posteriormente, fossem transformadas em pastos voltados para pecuária. Ademais, vale destacar a presença dos cacaueiros, a plantação da mandioca e as povoações. Contudo, Moura, em seu relato, silencia a presença dos Asuriní e de outras etnias que estavam ao longo das margens dos rios por onde viajava. Provavelmente, foi um silenciamento proposital, uma vez que a função de sua viagem era mostrar as riquezas do Estado e os potenciais negócios, não os "entraves" que os possíveis investidores poderiam encontrar. No entanto, o viajante nos aponta a presença negra, através de sujeitos sociais que se apresentaram durante a viagem, o prático[6] e seus netos.

Ao retornar às memórias de dona Maria das Graças Borges Macieira é possível compreender que, ela e seus antepassados, refugiavam-se na ilha, mas retornavam ao Anilzinho com dois propósitos: retirar as castanhas e sondar se os indígenas estavam por perto. Nesse ínterim, adentramos no processo da retirada da castanha que, segundo o chefe de família, dava-se da seguinte maneira:

> Eles vinham muntuavam a castanha e quando já estava aquele monte, tirava semana só para vim cortar castanha para poder vender e também escapar dos índios, numa época entre de abril ou maio iam embora todo mundo pra ilha [...] só ficavam no Anilzinho quem estava trabalhando (BORGES, 2018)

A partir dos relatos de dona Maria das Graças, é possível compreender as dinâmicas do trabalho presentes em parte dos castanhais do Baixo Tocantins. Para aprofundar essa questão, torna-se necessário recorrer às memórias de dona Raimunda Viana de Freitas Brasil. Ela, aos oito anos de idade, passou a trabalhar arduamente junto com sua família, exercendo suas atividades nas colheitas da castanha e da seringa. A vida dessa família era marcada pela alternância entre essas duas tarefas, durante as entrevistas, Raimunda Brasil, com suas palavras, esclarece "a nossa vida, quando nós saímos da seringa ia para a castanha, porque o inverno é um e o verão é outro, aí quando não estávamos estava na castanha estava na seringa" (BRASIL, 2018).

[6] *Os pilotos das embarcações da Amazônia são conhecidos como prático.*

As lembranças dessa trabalhadora refletem aspectos do cotidiano e do trabalho na floresta, marcados por um calendário próprio, o verão e o inverno Amazônico Ou seja, um período menos e outro mais chuvoso. Raimunda Brasil relatou ainda que, em momentos específicos, eles iam para beira[7] e só voltavam quando terminava a safra da seringa. Seguiam as trilhas do Igarapé Ipaú, até chegar no castanhal Barraquinha, onde seus pais e ela passavam a morar durante a safra da castanha. As estruturas das casas eram simples, construídas anualmente, necessária para se apossar e conviver com o período da castanha. Dona Raimunda Brasil casou aos doze anos de idade. Mãe de 16 filhos, criou todos com os frutos de seu árduo trabalho, em grande medida ensinados pelos seus pais. A vida dessa senhora e de seu povoado baseia-se na coleta de castanha e do látex da seringa, na pesca e na agricultura de subsistência.

É importante evidenciar que na historiografia tradicional, como nas pesquisas de Maria Ciavatta Pantoja (2008) extração da seringa não foi completa. Apesar da população ter presenciado o fechamento de escolas e igrejas, no seringal Restauração, localizado no Acre, não se verificou um abandono em massa dos Seringais.

Nesse ínterim, percebo que a vida da senhora Raimunda Viana Freitas é uma comprovação da permanência de costumes em torno dos bens da floresta. Seus conhecimentos foram transmitidos por várias gerações, já que aprendeu esse ofício ainda jovem, por meio das experiências de seus pais. Precisou criar seus filhos enfrentando dificuldades, conjuntura vivenciada por ela e demais indivíduos em situações semelhantes.

A título de exemplo, é possível identificar nas memórias de Diónesio Borges Maciera as adversidades vividas nos castanhais da comunidade. O jovem, em seus relatos, afirmou que, junto de sua mãe Maria das Graças, tios e irmãos, que também eram crianças, trabalhou nos castanhais de sua comunidade. Ademais, ele fez questão de destacar a forma como seus pares denominam o trabalho dentro dos castanhais, enfatizando as dificuldades no "apanhar a castanha no mato", considerando uma tarefa difícil. "Né aqui a gente utiliza o nome é de juntar a castanha, ou tirar a castanha no mato, esse é o nosso linguajar, né o contemporâneo, que a gente usa, o linguajar popular nosso da região é juntar castanha ou tirar castanha, esse é o nosso lema que a gente usa" afirmou Diónesio Borges (2018).

Quando ele era menino, a função que conseguia realizar consistia em juntar ouriços para fazer um monte, ou seja, uma espécie de pirâmide de ouriços de castanha. Posteriormente, após

[7] nas trilhas próximas dos rios de Joana Peres.

esta atividade ter sido realizada pela sua mãe, o tio e irmãos mais velhos, eles partiam para a fase de cortar os ouriços para retirada das castanhas. Deste modo, a tarefa das crianças "era catar a castanha no mato", colocá-las na saca e transportá-las até um local considerado seguro para formar o "monte" da castanha. Contudo, para chegar nesse espaço dentro da mata, era necessário navegar. Na maioria das vezes, eles iam de canoa, de casco. Por isso, era preciso que as crianças ajudassem também a remar, não com a mesma intensidade que os adultos, até alcançar esses castanhais, como Ponta Fina e Tiririca.

Quando chegavam debaixo das castanheiras, já conheciam o ritual: "amontoar os ouriços, sendo que os maiores iriam cortar e os menores deveriam procurar" (BORGES, 2018). No entanto, não era somente através dos rios que se alcançavam os castanhais. Por exemplo, para chegar ao Castanhal Grande, era necessário adentrar as matas, o que não era uma tarefa menos desafiadora. Segundo Diónesio Borges, a atividade era perigosa e arriscada, pois, em tempos chuvosos, os ouriços da castanha caiam. Para coletá-los, ele e seus familiares precisaram estar próximos ao raio de circunferência da castanheira.

Nesse momento, o trabalhador enfatiza o ensinamento importante de sua mãe: estar próximo à árvore de castanha.

> Porque quando a castanheira tá jogando, ela não joga o ouriço próximo do tronco da castanheira, né? Pro pé da castanheira como a gente diz aqui, ela joga pra fora, a ramada sempre é pra fora, o vento joga pra fora o ouriço, então toda vez que vinha uma ventania, ou estava chovendo, nossa mãe sempre orientava que a gente fosse pra próximo do tronco da castanheira, até que passasse esse momento, e aí a gente ia catar sem perigo, junto o ouriço sem perigo sem correr esse risco de ser atingido por um ouriço de castanha, ou por uma galhada de pau que caísse, então era essa nossa tarefa (BORGES, 2018).

A partir do exposto, inferimos que os conhecimentos repassados por gerações através das experiências eram fatores essenciais para se evitar os acidentes. Além disso, a tarefa de "catação ou de apanha dentro dos castanhais" possuía múltiplas adversidades. Logo, uma das variantes na coleta da castanha, são as condições climáticas, ou seja, a presença de chuvas e rajadas de ventos, que nesse período são constantes. É importante considerar, a partir dos relatos de Dionesio Macieira, além das dificuldades presentes nas etapas desse trabalho, um certo cuidado que sua família possuía em atribuir atividades factíveis aos pequenos. Estes, por sua vez, não remavam tanto em comparação aos adultos e, ao juntar os ouriços dentro da saca, não deveriam reunir uma quantidade elevada, pois precisariam carregá-los até encontrar um lugar considerado seguro.

A partir de então, a mãe do catador de castanha, Dona Maria das Graças Borges Macieira e os demais membros da família, assumiram a função de cortar a castanha e de carregar as amêndoas. Essa etapa do trabalho, no entanto, era realizada pelos adultos, pois o peso era demasiado para as crianças. As distâncias percorridas variam entre três a um km, enfrentando obstáculos, já que precisavam ultrapassar as árvores caídas no meio do caminho. Nesse sentido, atravessar o mato, ou como é denominado na região, as picadas — que, por sua vez, eram estreitas e de difícil locomoção — tornava a tarefa, em certa medida, hercúlea, exigindo grande esforço físico e resistência dos trabalhadores para superar os obstáculos naturais.

As entrevistas realizadas revelam que o trabalho dessas famílias necessitavam da cooperação de todos. É importante salientar que estes trabalhadores vendiam suas produções para um senhor conhecido como Roxo. Ademais, sobre as casas improvisadas mencionadas anteriormente, a senhora Maria das Graças Borges Macieira salientou a importância das construções nas matas feitas por seus antepassados, onde, inicialmente, acolhiam os homens da ilha Jutaí e, posteriormente, mulheres e crianças, para irem aos castanhais, como o Anilzinho, Tiririca, Ponta Fina, Castanhal Grande, Barraquinha, Laguinho, entre outros. A interlocutora, durante as entrevistas, relembrou a iminência de confrontos com os Asuriní,[8] durante os períodos de trabalho analisados. Portanto, é de suma importância abordar a predominância dessas atividades, eminentemente familiares, nos castanhais do Baixo Tocantins.

A sombra dos castanhais: trabalho familiar

O Trabalho familiar nos castanhais do Baixo Tocantins, poderá ser constatado também nas memórias de Nilton Lopes de Farias, conhecido como “Saci”, nascido na comunidade de Umarizal, região habitada por quilombolas. Ele é uma das lideranças do Partidos dos Trabalhadores, sua formação foi construída a partir dos movimentos sociais durante a década de 1980, além de encontros Anilzinho, ocorridos na década de 1980-1990, no território da então Prelazia de Cametá. Durante a década de 1990, exerceu dois mandatos consecutivos como vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2001 a 2008, ocupou o cargo de vice-prefeito em Benedita do Pilar Lobo Dias e, posteriormente, foi prefeito por dois mandatos

[8] Para entender melhor esses conflitos ler SILVA, dos Prazeres Adriane. *Dentro das matas: as terras de uso comum, a teologia da libertação e as ditaduras na Amazônia (1930-1991).* Ananindeua- PA: Cabana, 2024.

consecutivos, de 2009 a 2016. Atualmente, é professor efetivo de Geografia, atuando no Ensino Médio na cidade de Baião.

Nilton Lopes de Farias, nasceu em 02 de setembro de 1961, filho de Lúcia Lopes de Farias e Domingos Machado Vilhena que, por sua vez, era filho de Sinfone Vilhena. Durante as entrevistas informou que seu pai foi um dos fundadores da Vila Umarizal, além disso, por serem trabalhadores rurais, desenvolvendo atividades relacionadas à agricultura, faziam o equilíbrio entre o extrativismo da castanha e da borracha. O trabalho nos castanhais possuía uma divisão etária e de gênero bem definida, as crianças e as mulheres eram responsáveis pela coleta, juntando a castanha e amontoando fora da galha da castanheira, enquanto os homens faziam o corte do coco e separavam os frutos. O transporte era feito no paneiro de costa, ou seja, era colocado nas costas das pessoas. Ele qualificou esse sistema como um sistema de aviamento.

As pessoas já iam para o "castanhal devendo. A família comprava a mercadoria, o açúcar, o querosene, essas despesas", enfatizou Nilton Farias (2018). Para ele, o comerciante, conhecido como aviador, depois de coletar a castanha, adiantava e pagavam as mercadorias fornecidas. Em suas lembranças, o político destacou o sujeito social denominado de Manduca Freitas (Seu Duquinha), comerciante da região de Cametá e arrendatário do Castanhalzinho, localizado na vila de Umarizal. Além deles, é possível contactar outros arrendatários, no final da década de 1950 até 1960, tais como, Raimundo Melo da Silva, conhecido como "Mundico Arara", (FARIAS, 2018) destacou ainda a presença de outros sujeitos, como:

> Lino Leão, que por sua vez, era um judeu, comerciante que residia no lugarejo denominado Campelo, mais ele arrendava todo o castanhal do Anilzinho, Entrerancho, Anil grande, também a região de Joana Peres, Mariano que eram grandes florestas de castanhais que eram arrendados pelo estado pra esses comerciantes. (FARIAS,2018),

Ao explorar a citação acima, destaco duas questões relevantes: a primeira é o conhecimento sobre esses castanhais. Eles não são somente uma massa biológica amorfa, mas possuem características específicas e estão mapeados mentalmente pelos moradores da região, que passaram esses conhecimentos ao longo das gerações. Logo, evidencia-se uma conexão entre a floresta e os sujeitos que delas dependiam. O segundo ponto, que a princípio poderia apresentar-se como uma incongruência, consiste nas ausências dos nomes, presentes nos relatos do entrevistado, mas não identificado nas listas de arrendatários e de Aforamento – que revisitei exaustivamente. No entanto, é necessário salientar que inúmeros processos de arrendamento se extraviaram antes de chegar aos registros que atualmente estão sob salvaguarda do Instituto de

Terras do Pará (ITERPA). Nesse contexto, os arquivos da FASE foram fundamentais para reduzir essa lacuna e corroborar os argumentos de Nilton de Farias.

Lázaro Borges, durante entrevista, afirmou que em 1974, quando não havia perigo de conflitos com os indígenas, cerca de trinta famílias voltaram ao território localizado na ilha Jutaí, às margens do Igarapé Anilzinho, no castanhal Grande. Posteriormente, a viúva de José Lemos de Sousa, e os filhos de Jacinto Lemos de Souza, venderam o território para o descendente de Judeu denominado por Lino Vicente Leão. Este, por sua vez, foi identificado como grileiro, pelo posseiro Lázaro Borges.

Portanto, Vicente Leão era visto como figura controversa na região: ora como arrendatário, patrão do sistema de aviamento, ora como grileiro. Todavia, é necessário destacar que, apesar de sua ausência na lista de arrendatários e foreiros, ele esteve presente dentro do mundo dos trabalhos nos castanhais do baixo Tocantins. Nilton Farias enfatizou que o único castanhal onde eram feitas as coletas pelas famílias na vila de Umarizal era o Castanhalzinho. Deste modo, os demais castanhais, que estavam localizados distante em relação à vila de Umarizal, eram explorados por uma espécie de companhia, composta por cerca de doze homens. Segundo Nilton Farias (2018), esses grupos faziam aviamento coletivo.

> Iam então, num monte, conhecido como monte, passavam dentro dos castanhais o inverno, partiam logo depois da festa da nossa senhora da Conceição, aí vinham até mesmo o Natal já ficavam pra lá, só voltavam próximo a Semana Santa. Era tudo nesse perfil, nessa época esse trabalho era muito mais feito pelos homens, e diziam que nesse período as mulheres ficavam viúvas, chamadas viúvas dos castanheiros. Então era o período que estava terminando o período da coleta da seringa, da borracha, aí começava da castanha, encostava uma safra com as outras (FARIAS, 2018).

Os relatos de Nilton Farias, evidenciado acima, são bastante instigantes por nos revelar uma peculiaridade no desdobrar do trabalho nos Baixo Tocantins. Afirmo que é peculiar por três motivos: o primeiro é o ambiente mítico festivo que envolviam a partida dessas companhias; o segundo é a presença dos pais das famílias; e o terceiro é a relação íntima com calendário, com os festivos cristãos e africanos, como a partida após a festa de Nossa Senhora da Conceição, a permanência durante o Natal e a volta próxima da Semana Santa.

No repositório institucional de dissertações do Curso de Pós-Graduação em Educação e Cultura do campus de Cametá, encontrei duas dissertações que apresenta as memórias da entrevistada Antonete dos Santos Miranda, em que relatava a presença das Companhias, onde seu pai estava, que buscava extrair castanhas. A partir desses relatos, é possível demonstrar o

quanto as vilas de Bailiqui e Umarizal estavam conectadas, além de revelar a referência ao trabalho nas Companhias.

A entrevista em questão, está presente em uma citação direta que consta na dissertação *"Educação Quilombola Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará*" de Oberdan da Silva Medeiros (2018, p.96). O autor, após quase duas laudas de citações de entrevistas, pouco desdobra as análises necessárias. Quando o faz, por mais que esse não seja seu objeto, não lança luz sobre as características das vivências relacionadas ao trabalho dessas populações. Como resultado, os estudos realizados em duas páginas de citação não contemplam os elementos cruciais para o seu entendimento.

Portanto, voltaremos ao relato de Farias, que afirmava ter conhecido alguns líderes de companhias, por exemplo, o seu tio Manuel Silveiro, conhecido como "Duca"[9], dono de um casco maior, canoa de grande porte[10]. Ele convidava os chefes de família que se reuniram para realizar a coleta da castanha. Como critério de escolha, para compor as companhias, eram valorizados a bravura de um homem e os laços de afinidades. Assim, cada companhia buscava ser mais rigorosa que a outra, tanto em suas escolhas quanto na coleta das castanhas.

Nilton Farias, destacou ainda que o trabalho desenvolvido nos castanhais era difícil, já que geralmente era realizado no período do inverno. Os trabalhadores iniciavam suas atividades ao amanhecer, estendendo a jornada de trabalho até o momento em que realizava-se a única refeição do dia, no horário próximo às quinze horas da tarde. Segundo as memórias do nosso depoente, as companhias eram geralmente compostas por 12 homens, as funções eram pré-determinadas por habilidades, desenvolvendo diversas funções: caçador, cozinheiro, líder, corneteiro e os catadores da castanha. Nesse sentido, em alguns momentos, as Companhias usavam o nome do seu líder que, entre outras funções, realizava o levantamento das árvores de castanhas. Assim sendo, ele tinha que encontrar as castanheiras cujo ouriços estavam caindo ou estavam prestes a cair.

9 Era irmão mais velho do avô Paterno de Nilton de Farias (Perciliano).

10 Consultamos o carpinteiro naval Antônio dos Prazeres, conhecido como Mestre Gão. Ele informou que o título de "mestre" era atribuído aos carpinteiros navais que construíam os barcos na região. De acordo com o carpinteiro naval, um casco grande, para a região do baixo Tocantins, deveria possuir de 8 a 10 metros de comprimento por aproximadamente 1 a 1,20 metro de largura.

No momento da entrada na mata, era necessário atenção, pois requer o uso de canoas, também denominadas por cascos. Em determinados trechos, o percurso era realizado em duas canoas, de tamanhos diferentes, já que as maiores eram primordial na locomoção do rio grande, enquanto a segunda eram utilizadas para se mover em igarapés, furos e trechos alagadiços. É necessário salientar que isso ocorria por que, apesar de o terreno nessa região do Baixo Tocantins ser de terra firme, no período do inverno são tomados pelas águas. Nesse sentido, afirma-se que os castanhais estão inseridos em terra de aluvião, dentro desses espaços, a coleta e as caminhadas realizada pelos membros do grupo nas matas, eram feitas a pé, sendo guiadas pelas picadas.[11] Consequentemente, os líderes conseguiam mapear as árvores que tinham mais frutos e, no dia seguinte à companhia, deslocava-se para fazer a coleta.

É importante destacar outra função interessante, realizada pelo corneteiro, suas atividades consistia em guiar os trabalhadores, determinando o momento de retorno das matas. Segundo (FARIAS ,2018), som proveniente do sopro, através da corneta de metal, marcaram o início da reunião, da partida para o serviço nos castanhais e o retorno. As incursões nas brenhas dessa floresta, ou seja, a partida para *as bandas de cima*[12], era uma referência aos castanhais localizados próximo do Lago Grande e aqueles localizados em direção a antiga Alcobaça (atual Tucuruí).

É possível compreender que a volta desses homens era sinal de vitória, felicidade e fartura. Nesse momento, entrava em cena novamente as funções exercidas pelos corneteiros, pois, quando estavam chegando, tocavam e, ao soar, já se sabia que estavam se aproximando. A volta dessas companhias nas memórias do depoente era um momento de singular alegria para a comunidade, já que, como apontado por Nilton Farias (2018), "o pessoal que vinha de cima vinham com caça, muito peixe salgado, em salmoura, seco. Tudo conservado em sal e trazendo a castanha".

A vivência dentro das matas variava entre três e quatro meses, pois eles partiam após a festa de Nossa Senhora da Conceição, próximo ao dia 8 de dezembro, retornando em datas próximas à Semana Santa. Nesse ínterim, esses homens precisavam organizar conjuntamente estratégias de sobrevivência. Um dos itens fundamentais era a alimentação desses sujeitos, a

[11] Picadas é um caminho, às vezes provisório, aberto no meio da mata que dá acesso a determinados espaços dentro da floresta densa.

[12] Expressão utilizada por esses povoados ou para as bandas dos grandes castanhais.

base alimentar das companhias era composta por carne de caça e peixes. Até a década de 1970, nesta região, havia uma grande abundância de recursos naturais, com uma flora e fauna rica e diversificada, proporcionando sustento e oportunidades para os habitantes locais.

Para alimentar-se, em meio às matas, os membros da companhia faziam tapagens[13] nos igarapés e capturavam os peixes. Ademais, praticavam a caça. Para Nilton Farias (2018) o momento considerado de sorte era quando capturavam "catitu ou queixada[14], conhecido como porco grande, o que assegurava a alimentação para toda a semana."

Após o retorno e comemorações das primeiras companhias, dava-se prosseguimento ao calendário de vida e trabalho desses sujeitos. Logo, organizavam-se novamente, mas dessa vez, para o preparo e cultivo da roça. Contudo, Farias (2018) destacou que o mesmo processo não era usado para a coleta da borracha, que por sua vez, era um trabalho de cunho familiar.

O fenômeno das companhias e coleta de castanha, que abrangiam as Vila de Umarizal e Bailique, apresentam diferenças no que se refere ao trabalho realizado pelas famílias mais próximas das vilas de Anilzinho e Joana Peres. Como dito anteriormente, nas companhias, eram os homens, escolhidos por bravura ou relações de parentescos e amizades, que estavam presentes nestas relações de trabalho. Por outro lado, em Anilzinho e Joana Peres, o trabalho era predominantemente familiar, envolvendo todos os membros, inclusive as crianças.

Logo, segundo Dona Maria das Graças Macieira (2018), o desdobramento desse processo em Anilzinho, era marcado pela migração masculina. Eles saiam da Ilha Jutaí no mês de dezembro, local em que encontravam-se refugiados, para a terra firme. Ou seja, para os castanhais em volta de Anilzinho e Joana Peres. A função desse grupo era construir as casas improvisadas, para que, em janeiro, pudessem receber as mulheres e crianças.

Portanto, é possível identificar, por meio das memórias dos entrevistados, das análises dos documentos da extinta Inspetorias de Castanhais e do relatório da FASE, correntes migratórias para os interiores desses castanhais partindo de Umarizal, Bailique, Joana Peres, além das que estavam refugiadas na ilha Jutaí. Essas migrações, que aconteciam durante a safra castanha, ocorreram entre meados de 1920 a 1970. No entanto, pode-se observar que, em todas

[13] Pari é Uma Armadilha de pesca, espécie contenção feita nos igarapés, são construídas com talas de uma planta denominada de Jupatí, *Raphia taedigera (Mart.),* suas talas cercam um perímetro de modo que possibilite a pesca.

[14] O nome científico do Catitu, também conhecido como Queixada é *Tayassu pecari.*

as quatro vilas, a coleta da seringa era feita pelos membros de uma mesma família. Como demonstrado no decorrer deste artigo, através dos testemunhos dos quatro povoados, centrado principalmente no trabalho realizado no castanhal, o quanto era árduo, de difícil execução e perigoso.

Ao explorar as lembranças de Nilton de Farias (2018), além de destacarmos a orquestração de trabalho em torno das Companhias, evidenciou-se ainda que o retorno era sinônimo de fartura, já que iniciava um período de estocagem de alimentos. Afinal, com a chegada dos mantimentos, castanha e peixes salgados, em salmoura ou seco, que chegavam à vila, essas famílias passavam a não se preocupar com a escassez. Ademais, após o retorno das matas, não havia um período tão grande de descanso, já que passavam realizar outras atividades, como roçagens, derrubadas, queima e o plantio das lavouras.

Conforme a *Obra Enciclopédia da Floresta* (2002) que descreve o ato de "Botar o roçado", afirmando que, estes são "abertos no interior da Floresta, essas atividades, por sua vez, ocupavam uma área diminuta, que se caracteriza em ciclos de pousio e cultivo permitindo uma rápida reconstituição das matas". (CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro: 2002)

Farias (2018) relatou sobre a realização dos convidados, denominação que designa mutirão composta pelos membros familiares dos integrantes da companhia, na execução é possível identificar uma divisão de tarefas relacionadas aos papeis atribuídos aos gêneros. Os homens faziam o trabalho de corte da maniva e abertura das covas, já as mulheres eram responsáveis por plantar a maniva e fechar as covas abertas no chão. Ao terminar, as famílias que estavam trabalhando nos convidados cantavam durante o plantio até chegar em casa, onde "rolava o Samba de Cacete", iniciando um momento de entretenimento[15].

O ritual de plantio, era regado pelo ritmo Afro-amazônida, "cada momento era entoado, puxado os cantos, esses cantos era uma parte os homens que cantavam, eles começavam e as

[15] Segundo o documentário de média metragem Samba de Cacete - Alvorada Quilombola, o samba de cacete é uma manifestação cultural presente em comunidades quilombolas do baixo rio Tocantins, ritmo que envolve música, canto e dança com elementos dos batuques afro-brasileiros. A sonoridade revela o cotidiano dessas populações, não raro, as dores, amores e dissabores, é um ritmo envolvente. O nome faz referência aos pequenos cacetes de madeira utilizados pelos tocadores dos tambores para fazerem a marcação e o contratempo.

mulheres então entoavam uma resposta e todo período do plantio era uma coisa extraordinária", enfatizou Nilton Farias (2018) durante as entrevistas.

Para a realização desse cerimonial, o dono do convidado deveria criar um porco, destinado para alimentação dos presentes, porém a quantidade de comida variava, sendo proporcional ao tamanho do roçado que se pretendia plantar. Portanto, para garantir a alimentação, além de bebidas como aguardentes, vinho e conhaque, são João da barra, o dono do convidado era responsável por proporcionar as rodas Samba de Cacete.

O mundo místico do Baixo-Tocantins

Nos castanhais do Baixo Tocantins o que se destacou foi o coletivo. Nos estudos de Violeta Loureiro, em sua obra intitulada "*Estado, Bandido e Heróis: utopia e luta na Amazônia*", publicado em 2001, é possível identificar uma figura central. Trata-se de Quintino Silva Lira, ao tecer considerações sobre este personagem, a autora enfatiza que no "Brasil mais que outros países, viu aparecer no sertão homens iluminados por um destino trágico, que inflamam a imaginação popular e inspiram a literatura" (Loureiro, 2001, p.160).

No decorrer deste estudo, é possível pontuar a presença de múltiplos sujeitos que vivenciaram o cotidiano das matas permeado pelo sagrado e pelo mundo do trabalho, entrelaçados em seus saberes e cultura. Os dados aqui apresentados contradizem as informações presentes nas pesquisas de Otávio Velho (1971, p.27) sobre Marabá, já que, diferente do apresentado neste artigo, o autor descreveu que os coletores de castanhas adentravam a mata sem as suas família e gastavam seus parcos recursos em bordeis. Conjuntura presente também nos escritos de Roque Laraia (1978, p,169), este, por sua vez, os apresentou "como extremamente pobres e sem possibilidades de melhorar de vida."

Neste mesmo sentido, o memorialista João Brasil Monteiro (2001, p.41) definiu estes grupos sociais como pessoas sem profissão que deixaram suas origens à procura de trabalho em outras regiões. Por fim, a romancista Laíses do Amparo Braga (1992, p. 68), salienta que "era penoso constatar o desânimo, a falta de iniciativa das pessoas, que se acostumaram, aquela vida de submissão e desvalorização de si mesmas. Juntavam castanhas o tempo inteiro e nada possuíam. Era proibido criar galinhas ou porcos. Era proibido fazer roça, plantar".

A partir do exposto, as representações dos castanheiros nessas obras são desprovidos de condições materiais, estão expostos as variantes da exploração por seus patrões e estão distantes do seu núcleo familiar. Deste modo, assemelham-se às descrições da historiografia tradicional,

já que reforçam que os seringueiros estavam inteiramente submisso aos sistema de aviamento e que vivia miseravelmente dependendo do Barracão.

Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas, as e os trabalhadores estão envolvidos numa rede de trabalho familiar. Os resultados indicados neste artigo se assemelham com os presentes nas pesquisas de Aldair José Dias Carneiro (2018, p. 86), que ao analisar os castanhais do sudeste do Pará, percebeu que "os castanheiros que habitavam os castanhais de Marabá praticaram a coleta, e buscavam exercer a atividade de acordo com seu dia a dia e exerciam outras atividades dentro da dinâmica da floresta". No entanto, não se trata de grupos homogêneos, pois possuem particularidades, como a presença de remanescente de quilombos, trabalhos feitos pelas companhias, a ligação com a terra e seu sagrado.

A castanha foi considerada por esses moradores das franjas dos castanhais fonte de riquezas e alimentos. Por isso, a mata se configura como espaço que fornece remédios e estreita as relações com o sagrado. A vida e a conexão com a floresta estão marcadamente presentes no cotidiano, seja por meio dos rios, Igarapés, furos, lugarejos, grutas, cavernas, cachoeiras, ou por meio dos ritos, crenças e costumes.

Estes sujeitos sociais consolidam os vínculos com as florestas quando passam a nomear a flora e a fauna utilizando características físicas de algum morador que habitou aquele espaço. À título de exemplo, podemos citar os nomes dos lugares, como: Guariba; Sahubal, Tirirical, Castanhalzinho, Pucuruy, Pucuruyzinho, Morajuba, Belezaria e Itaboca; Barraquinha; Mergulhão; Cinco Barricas e Lugar Faiá, Teofila, Igapapezinha, Lava e Cacunda. Este tecido é composto por diferentes grupos sociais, são formados por índígenas, negros, brancos e mestiços. Suas histórias estão marcadas por alianças e conflitos, são "homens vivos, a agir, lutar e a pensar" (Ladurie, 1997, p.140).

O cemitério denominado de Boca dos Anjinhos é um dos espaços considerados sagrados pelos moradores das comunidades em torno do Lago Grande. Apesar de não encontrar indícios no *corpus* documental aqui analisado, na oralidade dos moradores de Anilzinho, o termo anjinhos faz referência às crianças que morreram entre as décadas de 1920 até 1960, algumas, provavelmente, segundo os moradores, mortas em possíveis conflitos com os indígenas.

Quando os pescadores passam pelo Rio Ipahú, lagos Grande e Raso fazem promessas e pedem proteção aos Anjos. Diante dessa terra e das cruzes que ali estão eles suplicam para que nenhum mal lhes ocorra, que a pesca seja tranquila e farta, desejando que não ocorram imprevistos, para que seja possível o sustento familiar. Além disso, prometem que ao regressarem da pesca, vão depositar uma peça que lhes é preciosa, por isso, é possível encontrar

no local a presença de camisas, chapéus, sapatos, redes de dormir, redes de pesca, varas de pescas, caniços entre outros (Borges, 2018).

Imagem 1– "Boca dos Anjinhos"



Fonte: Acervo pessoal de Dionésio Marcieira Borges.

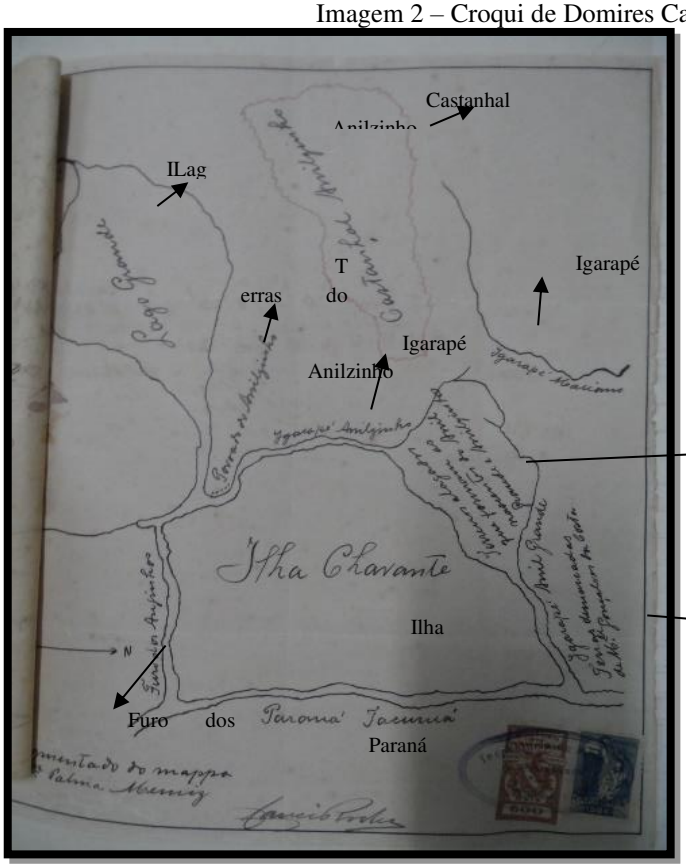
A boca dos Anjinhos traduz a relação entre esses sujeitos e o território, um universo dos encantos no mundo amazônico, configurando-se como um espaço onde a presença do sagrado é acentuada . Esse modelo explicativo também é um espaço de memória das lutas que já se passaram, os moradores dessas terras ressignificam a presença dos povos originários, ao acreditar que o lugar em que vivem foi território indígenas. Hoje, a Boca dos Anjinhos é um lugar místico e é parte da história desse povo, terra de seus ancestrais e do sagrado. Desta maneira, a relação que se estabelece é um contato íntimo de fé e confiança, como evidenciado por Yi-Fu (!987, p. 187), "o conceito mítico está conectado, com um componente espacial de uma visão de mundo, associado a conceituação de valores locais por meio dos quais as pessoas realizam suas atividades práticas."

A tese de Denise Aparecida Sousa Duarte (2018, p.38), lança luz sobre como as sociedades no Brasil, entre o século XVIII e XX, em especial em Minas Gerais, ressignificam a morte de crianças. Essas mortes, segundo a autora, tornavam-se relevantes não somente pelo que a criança poderia significar para sua família, mas a partir da crença nas possíveis qualidades que sua alma possuía no além da vida terrena e como poderiam intervir pelos vivos. Conforme Denise Duarte, poderia ressignificar uma possível amenização na dor da perda, já que por serem

consideradas inocentes, são associados a pureza, um período da vida sem pecados ou máculas mundanas.

A Boca dos Anjinhos é um espaço em que estas crianças, as águas e a terra ganham dimensão encantamento. O lugar denominado como furo dos Anjinhos, que conecta o Rio Ipahú ao Lago Grande e toda essa região, faz parte desse imaginário, carregado de ancestralidade. A imagem a seguir, pertencente ao processo de Damires Castro (1935), apresenta este território.

Imagem 2 – Croqui de Domires Castro



Fonte: GEA, ITERPA

A imagem acima apresenta a riqueza do ecossistema das regiões em torno do Lago Grande, Igarapé Anilzinho, Igrapé Mariano, Paraná Jarumá, os castanhais Anilzinho e de Anil Grande. Palma Muniz (1935) esclarece que as nascentes do Anilzinho e do Anil Grande possuem uma biodiversidade esplêndida, além das riquezas biológicas. Ademais, o furo dos Anjinhos apresenta uma passagem que conecta o Lago Grande com o rio Ipahú. Este lugar, além de ser sagrado, é repleto de memórias, visto que também foi uma zona de contato e mediações entre indígenas e negros.

Segundo o pesquisador Agenor Sarraf (2013), esses contatos interculturais são essenciais para entendermos como esses dois grupos, entre suas idas e vindas, recriaram costumes e

readaptam seus rituais. O agir desses sujeitos históricos protagonizaram suas vivências dentro dos castanhais, matas, rios, igarapés e furos, apesar das adversidades, não excluiu outras experiências na rua do fogo, rua animada, rua da festa, repleto de risadas e diversão.

Portanto, o trabalho nas flores, a ligação com o sagrado e os momentos de lazer estão presentes. Panorama que justifica o quanto essas populações estavam conectadas com o território, Esse florescimento ocorrerá ao menos três vezes: a primeira com as conquistas ainda na década de 1930, momento que o estado reconhece esses espaços de Serventia Pública; a segunda, do século XX, com o Decreto Nº 3.641/1961, que reservava as áreas de castanhais de Servidão Pública; e terceira, no início da década de 1980.

Cada geração possui especificidades de lutas, mantendo em comum um sonho, o de permanecer na terra de uso da comunidade. Além disso, defendem melhores condições de vida, lutando por saúde, saneamento e educação. Em suma, os objetivos da gente da Amazônia alimentam a vivência, a resistência e a luta pela terra.

Considerações finais

A vida dentro das matas é marcada pela labuta, pelo tempo da floresta e também por um conhecimento ancestral. O mundo místico, e seus saberes, são caracterizados pelas águas e pelos encantamentos de um mundo multifacetado de gente que entende os códigos das matas. As mulheres e homens, envolvidos neste contexto, retiram da floresta seus sustento, mas cooperam para a sua preservação e estabelecem relações além do plano econômico. Logo, a experiência de mulheres como Maria das Graças Borges Macieira e Raimunda Brasil, além de todos aqueles envolvidos neste contexto, demonstram quantos Brasis existem dentro desse país. As mulheres, sob a copa das árvores da floresta amazônica, com muito esforço criaram seus filhos e ainda hoje lutam por condições dignas de vida em seus territórios.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, José Jonas. A castanha do Pará na Amazônia: Entre o extrativismo e a domesticação. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 172.

BENATTI, J. H. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. AMBIENTE E SOCIEDADE (CAMPINAS), v. 6, n.jul-dez, p. 137-154, 2003.

BORGES, Diónezio Macieira. Entrevista realizada pela autora. Reserva Ipaú-Anilzinho (Anilzinho), 19 de novembro de 2018.

BORGES, Maria Macieira. Entrevista realizada pela autora. Reserva Ipaú-Anilzinho (Anilzinho), 17 e 18 de novembro de 2018.

BRAGA, Laíses do Amparo. ´À sombra dos Castanhais, romance. Belém, Falangola, 1991.

BRASIL, Raimunda Viana de Freitas. Entrevista realizada pela autora. Reserva Ipaú-Anilzinho (Joana Perez), 17 de novembro de 2018.

CARNEIRO, Aldair José Dias. Os castanhais do sudeste do Pará: cotidianos e discursos (1930-1964). 2018. 327 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10284. Acesso em: 3 jan. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro; DE ALMEIDA, Mauro Barbosa. Enciclopédia da Floresta–O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. Revista Cantareira, n. 2, 2002).

DUARTE, Denise A. S. Em vida inocente, na morte "anjinho" morte, infância e significados da morte infantil em Minas Gerais (séculos XVIII-XX). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FARIAS, Nilton Lopes de . Entrevista realizada pela autora. Reserva Ipaú-Anilzinho (Baião), março de 2018.

ITERPA. Processo de Arrendamento de Terras, setor de Gerência de Aforamento Ordem 3672, Processo 1932/02427

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Os camponeses do Languedoc. 1 ed. Lisboa.. Editorial Estampa. 1997.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. 2ª . ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.(coleção estudos brasileiros: v. 35).

LOUREIRO, Violeto Refkalefsky. Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia- 2º ed.- Belém: Cejup, 2001. – coleção Amazônia. 5).

MALHEIRO, Bruno. Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo. Bruno Malheiro, Carlos Walter Porto- Gonçalves e Fernando Michelotti- 1ª ed- São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MEDEIROS, Oberdan da Silva. Educação Quilombola: constituição de lideranças e práticas de Resistência na Comunidade Quilombola de Umarizal Baião, Baião- Pará. Dissertação defendida em 2018 no mestrado de Educação e Cultura Campus UFPA- Cametá.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, Gênero e Símbolos de poder Feminino em Povoados Amazônicos. 1ª. ed. Belém do Pará: Editora Paka-Tatu, 2004. v. 01. 251p.

MONTEIRO. João Brasil. O castanheiro. Edição 2001.

MOURA, Ignácio Batista de. De Belém a S. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Garnier, 1910.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. Os Milton: cem anos de História nos seringais. 2.ed. Rio Branco-AC:EDUFAC,2008.

SANTOS, Maria José. Arranjos, Lei e consolidação do Império: aplicação da lei das terras na Província do Amazonas e a apropriação das fazendas Nacionais e a apropriação do Rio Branco.

(1830 a 1890), tese de doutorado defendida no Programa de pós- graduação de História social – UFPA. Ano de obtenção: 2018.

SARRAF-Pacheco, Agenor. religiosidade afro-indígena e natureza na Amazônia. Horizonte : Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Impresso), v. 11, p. 476-508, 2013.

SILVA, dos Prazeres Adriane. As terras de uso comum e os castanhais do vale amazônico : Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991), tese de doutorado defendida no Programa de pós- graduação de História social – UFPA. Ano de obtenção: — 2021.

SILVA, dos Prazeres Adriane. Dentro das matas: as terras de uso comum, a teologia da libertação e as ditaduras na Amazônia (1930-1991). Ananindeua- PA: Cabana, 2024.

TRECCANI, Girolamo Domenico. O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade pp 1-33.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação/ Girolamo Domenico Treccani - Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. p 354.

TUAN, Yi- Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência/ tradução de Lívia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL, 1983.

Submetido em: 27/10/2024

Aceito em: 10/01/2025